

A importância da discussão da condição profissional do docente na formação continuada em Educação Ambiental

The importance of the discussion of teachers' professional conditions in in-service Environmental Education teacher training courses

Daniel Fonseca de Andrade¹

Resumo

Este trabalho visa demonstrar a importância de se incluir, em processos de formação continuada de professores em Educação Ambiental, a discussão sobre a condição profissional dos docentes, reconhecendo que barreiras ao desenvolvimento da EA não se limitam a aspectos didáticos e metodológicos, mas se encontram, também, na sua condição de docente. Essa importância é ilustrada com dados levantados com 19 professores municipais da cidade de Ribeirão Preto (SP), durante uma oficina de educação ambiental. Os dados focalizam uma série de aspectos (salário, lotação de salas, longas jornadas, falta de atualização) que transcendem a sala de aula, constituindo-se em obstáculos para o desenvolvimento da EA.

Palavras-chave: Educação ambiental. Formação continuada de professores. Condição profissional do docente.

Abstract

This paper aims at demonstrating the importance of approaching teacher's professional conditions in in-service environmental education teacher training courses, since barriers to EE development are not only related to didactical and methodological aspects, but also to their professional conditions.

This fact is illustrated by data raised with 19 city teachers in Ribeirão Preto during an EE workshop. The data shows a series of aspects (wage, overcrowded classrooms, long work hours, lack of training) which transcend the classroom but that are clear obstacles to EE development.

Keywords: Environmental education. Teacher training courses. Teachers' professional conditions.

1 Docente no Centro Universitário Barão de Mauá. Rua Ramos de Azevedo, 423, Jardim Paulista, Ribeirão Preto, SP. Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de South Bank (Londres). Membro e Educador Ambiental da OSCIP Ibiré, Ribeirão Preto. (www.ibire.org.br). Endereço para correspondência: Rua Tamoios, 262 apto 151, CEP: 14020-700. Bairro: Santa Cruz de José Jacques Ribeirão Preto, SP. E-mail: <dfa@netsite.com.br> <daniel@ibire.org.br>.

Introdução

A importância da formação continuada de professores em Educação Ambiental (EA) tem sido indicada, mundialmente, há mais de trinta anos (UNESCO-UNEP, 1993) e reforçada por experiências internacionais e nacionais desenvolvidas desde então (BRAUS, 1995; OONYU, 1998; SEGURA, 2001; ANDRADE, et al, 2002; ANDRADE, CROISFELTS, LAGUNA, 2004; SENA, GARLA, ANDRADE, 2007).

No Brasil, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), conhecida como a Lei de Política Nacional de Educação Ambiental (LPNEA), tornou, pelo seu artigo 11, compulsória a provisão de cursos de formação continuada para professores, com o “propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (Ibid).

Assim, abriu-se, então, um novo universo: o da formação continuada de professores, que trouxe consigo novas questões, como por exemplo, quem são os profissionais que orientarão tais multiplicadores, ou seja, quem oferecerá tais processos para os professores? Em que momento os programas de formação continuada podem ocorrer? Quais são os conteúdos, as habilidades e competências desejadas?

As respostas para essas e outras perguntas têm sido debatidas e experimentadas ao longo dos anos. Por exemplo, Andrade (2003) levantou em seu trabalho que um dos obstáculos para a implantação de programas de formação continuada de professores em EA é justamente a carência de pessoas capacitadas para tal, um problema que tende a diminuir com o passar do tempo. Já Medina (2001) discute em seu texto a diversidade de atores que, por fim, têm se responsabilizado pela provisão de formação continuada de professores, como ONGs, instituições públicas etc., uma realidade ilustrada em Croisfelts, Andrade e Souza (2003).

Uma segunda questão refere-se ao momento em que os processos de formação continuada devam ocorrer. Isso pode se tornar uma barreira fundamental para uma proposta, diante da carga horária que muitos professores, de escolas públicas principalmente, precisam cumprir. Croisfelts, Andrade e Souza (2003) demonstram, por exemplo, a pertinência do desenvolvimento de programas de formação continuada de professores durante os HTPCs (Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo), desde que os espaços para discussões de outras naturezas sejam mantidas, também importantes para os professores, entre esses e a coordenação e/ou diretoria,.

Por fim, uma última questão pertinente ao tema é, exatamente, do que compor um curso de formação de professores em EA? Qual deve ser o seu escopo? Quais assuntos ou temas devem ser incluídos?

Essas são questões importantes de serem pensadas no momento da criação de um curso de formação continuada de professores. Diante disso, este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância de se incluir, em processos de formação continuada de professores, em EA, espaço para a discussão sobre a condição profissional dos docentes envolvidos, reconhecendo que as dificuldades e barreiras ao pleno desenvolvimento da EA pelo profissional não se limitam aos aspectos didáticos e metodológicos, mas se encontram também em uma dimensão mais ampliada, a da sua condição de docente.

A discussão sobre o tema será ilustrada com um exemplo de um levantamento preliminar sobre as condições profissionais, realizado com 19 professores municipais de ciências, física, química, geografia e matemática, em Ribeirão Preto (SP), durante uma oficina de EA, realizada em um horário de TR (Trabalho Remunerado). Essa oficina foi um processo preparatório para a Semana do Meio Ambiente, realizada em conjunto pelas secretarias da Educação e Meio ambiente e também ONGs municipais.

Metodologia

No contexto da realização da Semana do Meio Ambiente de 2009 foi desenvolvida uma oficina de educação ambiental com professores da rede municipal de ensino da cidade de Ribeirão Preto, ocorrida em horário de TR (Trabalho Remunerado), no dia 9 de maio de 2009, com três horas de duração, das 8h30 às 11h30, e contou com três momentos diferentes.

Inicialmente, um questionário contendo 14 perguntas foi respondido pelos participantes. Seu conteúdo (ver Apêndice) abordou informações pessoais, questões genéricas sobre as condições de suas práticas profissionais, sobre suas ligações com a questão ambiental e mais especificamente sobre suas ações de educação ambiental.

O questionário respondido foi o ponto de partida para o segundo momento da oficina, no qual pequenos grupos foram formados e alguns itens do questionário (em itálico no Apêndice) abordados especificamente. O objetivo foi fomentar a discussão nos pequenos grupos e complementar sobre o que tinha sido levantado individualmente. No final, cada um dos grupos apresentou, em folha parda, o seu resultado, com destaque naquilo que se considerou mais relevante acerca das questões colocadas. Após as apresentações, seguiu-se discussão aberta sobre alguns dos pontos destacados pelos grupos.

A oficina foi finalizada com uma breve apresentação sobre os desafios e possibilidades ensejados pela implantação da educação ambiental nas escolas, objetivando promover uma sensibilização e motivar os professores a continuar empenhados na construção de suas práticas, constituindo-se também num desafio de algumas posturas e princípios que, em geral, são encontrados em abordagens de EA.

Resultados

Participaram da oficina, na data indicada, 22 professores da rede municipal de ensino (não exclusivamente), dos quais 16 responderam os questionários. Em uma segunda ocasião, outros três docentes preencheram o questionário. Os resultados compilados das duas ocasiões serão apresentados abaixo. Aqueles possíveis de serem tabelados o foram, para facilitar a visualização, apresentados de forma descritiva. Seguindo-se à apresentação dos resultados, serão feitas as discussões.

O perfil da turma participante foi formado da seguinte maneira:

Tabela 1 - Perfil dos participantes da oficina de educação ambiental para professores.

Formação dos participantes	Nº Participantes
Biologia	10
Física	3
História Natural	1
Geografia	1
Química industrial	1
Ciências Físicas e Biológicas	2
Não informou	1
Total	19
Turmas de trabalho	Nº Participantes
Ensino Fundamental (5ª – 8ª)	11
Ensino Fundamental e médio (5ª-8ª) e (1º-3º)	7
Não apontou	1
Total	19
Disciplinas de trabalho	Nº Participantes
Ciências	9
Ciências (Fund.) e Biologia (Méd.)	3
Física e Matemática	2
Ciências físicas e biológicas	3
Geografia	1
Química e Matemática	1
Total	19
Número de escolas em que trabalham	Nº Participantes
1	8
2	9
3	1
4	0
5	1
Total:	19

Continua

Continuação tabela 1

Número de horas/aula trabalhadas/semana	Nº Participantes
21	1
26	1
32	1
33	2
36	4
38	1
44	2
45	1
47	2
52	1
53	2
58	1
Total	19

Sobre como os docentes avaliam sua profissão, alguns fizeram colocações positivas relacionadas à importância da mesma no processo de formação da sociedade em geral e dos alunos particularmente e, por isso, foi considerada de muita responsabilidade, demonstrando que ela pode ser gratificante e recompensadora. No entanto, colocaram também que o cotidiano é extremamente desgastante, difícil, por vezes frustrante, por trazer resultados invisíveis e a longo prazo, impedindo o reconhecimento do trabalho. Também citaram que a pequena valorização social e a baixa remuneração acabam comprometendo os aspectos positivos levantados. O nível de satisfação dos docentes com a profissão se mostrou conforme a tabela 2:

Tabela 2 - Nível de satisfação do docente com a profissão

Nível de satisfação com a profissão	Nº Participantes
3	1
4	2
5	2
6	4
7	8
8	2
Total:	19

Quando perguntados sobre as maiores dificuldades encontradas no desempenho da profissão, várias foram as colocações que se referiram, de forma mais ampla, às condições em geral de trabalho oferecidas ou ainda mais especificamente relacionadas à sala de aula. Obviamente, as análises sobre essas dificuldades devem considerar as interrelações que estabelecem entre si e as maneiras como se retroalimentam.

O primeiro aspecto encontrado e que repercutirá em diversos outros, está relacionado à má remuneração que, além de gerar uma baixa valorização social, e assim repelir potenciais professores de qualidade, os leva a ter que enfrentar extensas jornadas de trabalho, que, em consequência, leva à falta de tempo para o planejamento, preparação e avaliação das aulas, à participação em cursos de atualização, ou mesmo em estudo aprofundado individual, à participação de discussões com outros professores etc. A falta de tempo para a constante atualização do professor gera ainda outra questão, a ansiedade provocada pela necessidade de se acompanhar os fatos em um mundo em rápido processo de mudanças.

Um segundo aspecto está ligado ao número de alunos em sala, que gera indisciplina, barulho, desinteresse e dificuldade de controle da turma. De fato, foi ressaltado nas apresentações dos grupos que, atualmente, mais tempo é alocado pelo professor para manter a organização da turma, do que nos processos de ensino e aprendizagem em si. Colaborando ainda para a indisciplina, está o distanciamento que existe entre as escolas e as famílias dos alunos, que cada vez mais se eximem de suas responsabilidades e as transmitem para a escola e, esta, para o professor.

O terceiro aspecto está ligado à falta de infraestrutura para o pleno desenvolvimento dos conteúdos. Segundo os professores, faltam materiais, equipamentos, laboratórios e assistentes para atividades experimentais, importantes em diversas disciplinas. Ainda, quando os materiais estão presentes, há uma enorme dificuldade de organização para que sejam utilizados no momento em que houver necessidade: quando há uma coisa, não há outra, e assim por diante.

O quarto aspecto levantado foi a imposição de conteúdos e projetos, em desrespeito aos seus próprios projetos e sem o envolvimento na concepção e programação, gerando um distanciamento entre os professores e as propostas, o que está claramente afetando os resultados.

Finalmente, a dificuldade de se conseguir apoio institucional para atividades fora da escola, foi outro aspecto abordado nos questionários.

A sequência das questões visou estabelecer uma relação do professor com a questão ambiental em geral e também iniciar uma discussão específica relacionada à educação ambiental. Os resultados das questões apresentam-se abaixo:

Tabela 3 - Professores, meio ambiente e educação ambiental.

Ligação do professor com projetos ambientais fora da escola	Nº Participantes
sim	4
não	15
Total:	19
Nível de envolvimento com a área ambiental	Nº Participantes
0	1
1	0
2	1
3	1
4	1
5	2
6	7
7	1
8	1
9	1
10	3
Total:	19
Considera-se um educador ambiental?	Nº Participantes
Sim	11
Não	6
"Mais ou menos"	2
Total:	19
Considera que faz EA na disciplina	Nº Participantes
Sim	16
Não	1
"Mais ou menos"	1
Não respondeu	1
Total:	19

Sobre a última colocação, a do desenvolvimento de EA nas disciplinas ministradas, foi ressaltado que o fazem por meio de discussões cotidianas sobre aspectos tradicionais relacionados à questão ambiental (lixo, água, dengue, energia, transportes e poluição, alimentos, biodiversidade, arborização urbana, inversão térmica, poluição atmosférica, desperdício de alimentos, aquífero Guarani, consumo, aquecimento global etc.), de desenvolvimento de trabalhos (como a construção de hortas e plantio de árvores, desenvolvimento de diagnóstico do bairro) ou ainda por meio da abordagem de aspectos da própria sala, como sua conservação, desperdício de papel e outros materiais.

Quanto à fonte de informações, os veículos principais indicados pelos professores foram os próprios livros didáticos, jornais, revistas (inclusive científicas), conversas com outros educadores, TV, Internet, palestras e cursos realizados. Dos 19 professores pesquisados, 12 afirmaram já terem participado de projetos em grupo nas escolas, ressaltando, no entanto, que eles nem sempre trazem benefícios para os alunos, como por exemplo, quando o objetivo é a produção de cartazes sobre um determinado tema. Entre os outros 7, foi levantado que não são oferecidas condições para trabalhos em conjunto, assim como muitos professores não se dispõem a esse tipo de atividade, tornando, portanto, o trabalho individual mais prático.

Quanto às dificuldades para se fazer a EA em seus campos de atuação, a maior parte delas está ligada aos obstáculos da prática docente levantados acima, como por exemplo o tamanho das turmas, a indisciplina, a extensão da jornada de trabalho e a consequente falta de tempo para estudar e se atualizar (e, assim, muitas vezes, falta de conhecimento por parte dos professores), preparar, organizar, motivar-se e executar atividades, falta de material e infraestrutura necessários para o pleno desenvolvimento das aulas e falta de apoio por parte das instâncias superiores como coordenação pedagógica, diretoria e secretaria municipal de ensino e, portanto, ausência de recursos para projetos na e fora da escola. Quando a perspectiva envolve trabalhos interdisciplinares, as condições ficam ainda piores, pela ausência de espaços de discussão e a não possibilidade de envolvimento de professores nas propostas. Mesmo assim, o nível de motivação entre os professores para fazer EA foi colocado conforme tabela que se segue:

Tabela 4 - Motivação dos professores para fazer EA

Nível de motivação	Nº Participantes
5	1
6	4
7	1
8	4
9	3
10	4
Não respondeu	2
Total:	19

Sobre a participação em cursos e palestras com a temática ambiental, dos 19 respondentes, 18 indicaram que já participaram, alguns dos quais ressaltaram a importância desses eventos, não só do ponto de vista pedagógico, mas também como influenciadores dos seus próprios comportamentos pessoais. Exemplos citados foram cursos de extensão oferecidos por universidades (Semana da Química), congressos e encontros (Encontro Nacional de Geógrafos), curso sobre energia oferecido pela CPFL (A natureza da paisagem), curso sobre o aquífero Guarani, curso na Ilha do Cardoso, sobre resíduos sólidos, cursos oferecidos pelo grupo Votorantim, COGEA (Curso de Formação em EA), curso sobre Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Agenda 21, além de palestras. Entretanto, alguns professores ressaltaram que a participação nesses eventos se deu há algum tempo, em 2001 e 2005. Novamente, a jornada de trabalho foi indicada como um impeditivo para que os professores participem de processos de atualização. Mesmo assim, 17 deles indicaram que gostariam de fazer um curso de médio prazo (mais de trinta horas) específico em educação ambiental, dos quais cinco destacaram o fato de que tal curso deveria ocorrer em seus horários normais de trabalho, por conta de suas longas jornadas.

Finalmente, o envolvimento pessoal dos professores com a questão ambiental ficou evidenciado pela sua influência em suas vidas pessoais. Todos os indicaram mudanças de comportamento na esfera pessoal, por conta de uma melhor conduta ambiental individual. Tais ações incluíram desde aquelas mais pessoais e caseiras: realizar a coleta seletiva em casa (inclusive de óleo), economia de água e energia, diminuição de consumo em geral e a preferência pelo uso de materiais duráveis aos descartáveis (incluindo-se aí copos e sacolas de supermercados), o não uso de materiais problemáticos ambientalmente para o desenvolvimento de trabalhos na escola, como o isopor, ações de proteção aos animais, diminuição do uso do carro e instalação de caixas nas descargas para reduzir o consumo de água nessa atividade; e mais coletivas, como a formação de uma brigada no bairro para apagar e denunciar incêndios em terrenos baldios, promover a arborização no bairro em conjunto com outros moradores, cuidar de praças públicas e indicar sobre o desperdício de água, inclusive nas próprias escolas. Um dos participantes foi além, ressaltando que tais ações disseram respeito também à maneira que cuida de sua propriedade rural, um sítio, onde recompuseram a mata ciliar e protegeram a nascente de água, recusando o arrendamento para a cana-de-açúcar.

Discussão

Os resultados apresentados demonstram a importância de se incluir discussões sobre a atividade profissional docente na pauta de cursos de formação continuada de professores em EA.

Começando pelo fim, é relevante destacar o envolvimento individual dos professores com a questão ambiental, seja ela em âmbito individual e privado, com as atitudes desempenhadas no dia a dia, como também em uma dimensão coletiva, participando de projetos no bairro e, por fim, em decisões extremamente políticas, como a de se negar a arrendar as terras para a produção de cana-de-açúcar, por uma questão ideológica. Esse pano de fundo demonstra que existe um engajamento pessoal com as questões ambientais, aproveitado tanto no direcionamento de cursos de formação continuada quanto nos assuntos abordados pelos professores em aula. Se uma das barreiras à implantação da EA em escolas abordadas em Andrade (2001) é justamente a necessidade de os professores acreditarem e serem coerentes com aquilo que lidam em sala, então tal coerência já está demonstrada pelas suas ações.

Um segundo aspecto importante de ser discutido se refere à participação dos professores em cursos e palestras. Apesar de terem indicado eventos do tipo dos quais participaram e sua importância não só pelo aspecto pedagógico, mas também como influenciadores de seus próprios modos de vida, como foi levantado, ficou evidente que a participação em tais cursos não se dá de forma sistemática e frequente. Isso ocorre por várias razões, das quais a mais significativa é a jornada de trabalho extensa de vários professores presentes (ver tabela 1, número de horas/aula trabalhadas/semana), dos quais nove apresentam jornada com mais de quarenta horas semanais.

Da mesma forma, a extensão da jornada também influencia sua formação individualmente: apesar dos resultados demonstrarem que há alguns professores que fazem uso de revistas científicas e apostilas específicas, com a intenção de se atualizar, muito desse processo se dá por meio a consultas a jornais diários, revistas semanais e também da Internet, que são fontes importantes de consulta, mas que, em geral, não oferecem oportunidade de aprofundamento nas questões e, em muitos casos, podem se apresentar como fontes de informação de credibilidade duvidosa, dependendo do veículo utilizado. Conforme colocado por um dos grupos, na sua apresentação, falta tempo para planejamento, preparação e avaliação das aulas e envolvimento em cursos de atualização ou estudos individuais. Na verdade, dependendo da carga horária de trabalho do profissional e considerando que além das aulas normais existem ainda outras tarefas invisíveis, a exemplo dos trabalhos e correção de provas, faltando tempo não só para que ele se atualize, mas para que se interesse, em geral, por qualquer assunto, pressuposto inicial para uma atividade profissional de qualidade. Mesmo assim, a maioria dos presentes indicou que gostaria de participar de um curso de formação em EA, de média duração (mais de trinta horas), confirmando a motivação do grupo de se capacitar em educação ambiental (ver tabela 4, na qual

13 dos 19 respondentes indicaram que sua motivação é igual ou maior do que 8) e em aumentar a qualidade de sua atuação como educador ambiental (a tabela 3 mostra que, também, 13 dos participantes se consideraram pelo menos ‘mais ou menos’ educadores ambientais).

O terceiro ponto levantado durante a oficina, muito presente entre os professores, foram que as dificuldades de se fazer a EA estão ligadas às barreiras colocadas nos projetos fora de sala de aula (projetos em outros espaços escolares, visitas etc.). Essa é uma questão que levanta um aspecto muito importante: o fato de se considerar muito pouco o que é feito em sala de aula como educação ambiental, apesar dos temas ambientais merecerem discussão. É como se a EA necessitasse de um momento especial e como se o que é feito nos momentos “normais” não possa ser considerado como tal. Isso demonstra claramente um desconhecimento ou ainda uma incompreensão daquilo que é bastante discutido e previsto na LPNEA (BRASIL, 1999), que é a integração da EA nas disciplinas existentes e sem, portanto, a necessidade de se criarem espaços especiais para tal, ou ainda uma outra disciplina, o que seria contraditório com os próprios princípios interdisciplinares da questão ambiental. No entanto, esse fato também pode ser um demonstrativo de que a plena integração da temática ambiental em uma disciplina, conforme propõe a lei, demande um processo reflexivo mais intenso por parte dos professores, o que fica praticamente inviabilizado por suas condições de trabalho e dificuldade de atualização. Um exemplo da dificuldade de se lidar de forma satisfatória com a integração da EA nas disciplinas curriculares foi demonstrado e discutido por Andrade, Croisfelts e Laguna (2004): como o projeto apresentado visou o desenvolvimento de um ou mais projetos em conjunto pelos professores da escola, a discussão mais íntima sobre a implantação da EA em uma disciplina acabou recebendo menor ênfase. Por último, os dados levantados sobre o assunto demonstram que um enfoque importante para um curso de formação continuada de professores deve ser o envolvimento dos mesmos com a reflexão sobre o que significa e como fazer para se abordar a questão ambiental de forma integrada em uma determinada disciplina.

Um quarto dado importante demonstrado nos resultados foi justamente a dificuldade quando às propostas de projetos incluem trabalhos envolvendo mais do que um professor. Aqui foram indicadas as dificuldades de contato e também de diferenças de motivação e envolvimento entre os docentes, assim como, muitas vezes, do envolvimento da própria coordenação e direção da escola. Mais ainda, foram colocados também os obstáculos que, muitas vezes, são oferecidos pela própria Secretaria Municipal da Educação, que não apoia projetos ou que não oferece a devida estrutura para o desenvolvimento dos mesmos. Tais dificuldades ilustram a necessidade, também em cursos de formação continuada, de se

contemplar o contexto de atuação do professor de forma mais ampla, discutindo a escola como um espaço micropolítico, portanto, ocupado por diversos conflitos de valores e interesses entre seus pertencentes (BALL, 1987). Assim, é necessário que os cursos em questão discutam também como se fazer a EA em ambientes politicamente antagonistas (REA, 1995).

Finalmente, a despeito de muitos dos obstáculos trazidos pelos professores e das dificuldades relativas à profissão, a satisfação apontada pela maioria dos docentes vai de mediana até relativamente alta (5 até 8, ver tabela 2). Esse é um dado muito importante, e provavelmente um bom indicador do envolvimento que o grupo teria em um eventual curso de formação continuada em EA. É importante, no entanto, que se ressalte que esse nível de satisfação variará de contexto para contexto, conforme colocou uma das participantes da oficina ao externar que sua satisfação melhorou bastante depois da aposentadoria da Rede Estadual e sua efetivação na Rede Municipal, pois a última, sabidamente, oferece melhores condições de trabalho do que a primeira.

Conclusão

Um aspecto comum em projetos de formação continuada de professores é a consideração de que as necessidades dos mesmos, abordadas durante o processo, referem-se, em geral, à informação, sensibilização e conscientização e, quando mais abrangentes, ao desenvolvimento de habilidades e competências para desenvolver a EA em suas disciplinas, ou de maneira interdisciplinar, em conjunto com outros professores.

Este trabalho demonstrou a importância de se incluir, em processos de formação continuada de professores em EA, espaço para a discussão sobre a condição profissional dos docentes envolvidos. A justificativa colocou em evidência as dificuldades e barreiras ao pleno desenvolvimento da EA não se limitam aos aspectos didáticos e metodológicos da mesma, mas se encontram também em uma dimensão mais ampliada, a da sua condição de docente. Assim, é necessário que se considere o fazer do docente dentro de dimensões mais amplas, que influenciam suas práticas diretamente. Isso pode trazer indícios de outros obstáculos e também descortinar possibilidades para o pleno desenvolvimento da EA. Portanto, é necessário que se considerem e que se conheçam quais são as suas condições de trabalho, os seus níveis de satisfação com a profissão, seu envolvimento pessoal com as questões ambientais etc., pois tais dados certamente influenciam as suas práticas em sala de aula e, portanto, terão uma relação com o desenvolvimento da educação ambiental.

Os resultados encontrados no levantamento feito para essa pesquisa, mesmo que preliminares, com um grupo de dezenove professores da rede municipal de Ribeirão Preto ilustraram o proposto, ou seja, serviram para demonstrar que estes docentes, apesar de terem um envolvimento pessoal com a questão ambiental (mesmo quando não ligados a nenhum grupo ou ONG), de se considerarem, na maioria, educadores ambientais e de serem motivados para o desenvolvimento da educação ambiental em sala, enfrentam obstáculos que dificultam o desenvolvimento de sua atividade com qualidade plena: salas lotadas, falta de infraestrutura, indisciplina dos alunos, distanciamento da família em relação à escola, baixa remuneração e, portanto, necessidade de longas jornadas de trabalho, falta de apoio pela coordenação, diretoria e Secretaria Municipal da Educação, a projetos, distanciamento dos colegas etc. Esses e outros fatores influenciam nas suas motivações, seus interesses e, portanto, na construção de aulas e na abordagem de temas ambientais com qualidade.

Outro aspecto depreendido da pesquisa se refere às suas possibilidades de atualização. Como visto, são poucas as iniciativas de envolvimento em cursos de média para longa duração ou ainda do uso de fontes mais aprofundadas para a compreensão mais crítica sobre o que se deseja abordar em sala. No que se refere à questão ambiental, esse aspecto se coloca como fundamental, já que é caracterizada como um “campo contraditório e diversificado de discursos e valores”, conforme salienta Carvalho (1998, p. 114), o que é muito difícil de ser compreendido e discernido por meio de leituras de artigos de jornais ou revistas diários e semanais ou ainda em programas de televisão. Ainda, a falta de atualização e também as dificuldades de se empenharem em cursos de formação ou ainda de fazerem leituras mais aprofundadas podem ser a causa das dificuldades, primeiro, de reconhecerem que a EA pode e deve ser desenvolvida em sala por meio das disciplinas existentes e, em segundo lugar, de perceberem *como* fazer isso. Conforme demonstrado, a integração da EA nas disciplinas existentes é uma tarefa desafiadora que, por isso, merece espaços mais aprofundados de discussão. Também, uma melhor formação pode desenvolver as habilidades dos professores para fazerem a EA, mesmo em contextos em que as melhores condições não sejam encontradas (que serão a grande maioria deles) e suas criatividade para focarem naquilo que pode ser feito dentro das condições dadas.

Para finalizar, um último aspecto importante deve ser salientado, a satisfação dos docentes com sua profissão. Como a sua prática é completamente influenciada por sua satisfação, esse dado e a discussão dos resultados levantados se colocam como fundamentais para qualquer curso com professores. Isso porque os investimentos feitos nesses profissionais têm como objetivo a melhoria de sua atuação com seus alunos. Assim, em um contexto de insatisfação, mesmo

o mais alto investimento terá um resultado muito pequeno. Em suma, um docente insatisfeito com a profissão ou ainda impossibilitado de exercê-la com qualidade dificilmente revelará um bom professor, e menos ainda, um bom educador ambiental. Tais questões precisam, portanto, ser expostas e discutidas. Os professores, por sua vez, precisam ser implicados na busca pela melhoria das suas condições de trabalho, e todo esse processo mais amplo deve estar contido também em um curso de formação continuada de professores em EA.

Referências

ANDRADE. Instrumentación de lá educación ambiental en las escuelas: un análisis bibliográfico de algunos de sus problemas y posibilidades. **Tópicos en Educación Ambiental**, 3 (8), 2001, p. 44-54.

ANDRADE, D.F.de. et al. Implantação da educação ambiental em uma escola infantil de Ribeirão Preto, SP: relato de experiência. **Rev. eletrônica. Mestr. Educ. Ambient.** v. 9, jul-dez, 2002. p. 46 – 56.

ANDRADE, D.F. de. Alguns aspectos da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental do ponto de vista de educadores. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2003, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFscar, 2003. 1 CD-ROM.

ANDRADE, D.F.de.; CROISFELTS, H.; LAGUNA, V.G. Formação continuada de professores em Educação Ambiental: relato e reflexão sobre experiência em uma escola pública de Ribeirão Preto, SP. **Rev. eletrônica. Mestr. Educ. Ambient.** v. 12, Jan-Jun, 2004. p. 90 – 106.

BALL, S. **The micropolitics of the school**. London: Routledge, 1987.

BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abril 1999. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=226350>. Acesso: 12/03/2009.

BRAUS, J. Environmental Education: Where we've been and where we're going. **Bio-Science**, p. S-45- S-51, 1995. Supplementary edition.

CARVALHO, I. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, F.O. et al. **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998. p. 113 – 126.

CROISFELTS, H., ANDRADE, D.F.de, SOUZA, T.N. Um ensaio crítico acerca da provisão de formação continuada de professores em educação ambiental durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo- HTPC. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2., 2003, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFscar, 2003. 1 CD-ROM.

MEDINA, N.M. A formação dos professores em educação ambiental. In: SEF. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental.** Brasília: MEC/SEF, 2001. p. 17-24.

OONYU, J.C. Applicability, constraints and opportunities for the effective Implementation of environmental education in Uganda's primary schools. **Environmental education and information.** v.17, n. 3. p. 287-298, 1998.

REA, J. Educating for our environment: an Australian experience. **The environmentalist**, 14(16), p. 246-251, 1995.

SEGURA, D. de. S.B. **Educação ambiental na escola pública:** da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

SENA, M.L.; GARLA, R.C; ANDRADE, D.F.de. Formação continuada de professores em educação ambiental: proposta metodológica utilizada em Fernando de Noronha, PE. **Rev. eletrônica. Mestr. Educ. Ambient.** v. 18, Jan – Jun, 2007. p. 361-378.

UNESCO-UNEP. An idea whose time had come. In: Changing minds – earthwise. UNESCO-UNEP. 1993. p. 10-13.

APÊNDICE A – Questionário respondido pelos professores individualmente e as questões debatidas em grupo em destaque (itálico).

Oficina de professores em educação ambiental

Questionário

Nome:

Formação:

Local (is) de trabalho:

Turmas de trabalho:

Disciplinas de trabalho:

Quantas horas/aula por semana?

1. *Como você julga a profissão de professor?*
2. De 0 a 10, qual seu nível de satisfação com a profissão?
3. *Quais são as maiores dificuldades/obstáculos da profissão de professor(a)?*
4. Você está ligado a algum projeto ambiental fora da escola? Qual?
5. De 1 a 10, qual seu nível de envolvimento com a área ambiental?
6. Você se considera um(a) educador(a) ambiental?
7. *Você considera que faz EA em sua disciplina? Caso positivo, pode dar um exemplo de atividade ou abordagem que faz? O trabalho ocorre no horário das aulas ou em horários alternativos?*
8. Quais são suas fontes de informação e inspiração para os trabalhos com EA?
9. Você já participou de projetos de EA conjuntos na escola?
10. *Quais as maiores dificuldades/obstáculos para se fazer EA na sua área de atuação?*
11. De 1 a 10 qual o seu nível de motivação para fazer educação ambiental?
12. Já participou de cursos e palestras de EA? Qual(is)?
13. Você gostaria de participar de cursos de média/longa duração na área (mais de 30h)?
14. Você considera que as questões ambientais influenciam o seu comportamento individual? Exemplifique.

Recebimento em: 25/08/2009.

Aceite em: 08/09/2009.